

## TURISMO SUSTENTÁVEL:

### A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA COMO FORMA DE SENSIBILIZAÇÃO.

SILVA, Odair Vieira da.

Bacharelado e Licenciatura em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Presidente Prudente.  
Especialista em Ciências Humanas: Cidadania e Cultura – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Especialista em Legislação Ambiental e Turismo – Associação Cultural e Educacional de Garça – ACEG. Docente do Curso de Bacharelado em Turismo - Faculdade de Ciências Humanas – FAHU/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil.  
E-mail: [odairvieiras@professor.sp.gov.br](mailto:odairvieiras@professor.sp.gov.br)

KEMP, Sônia Regina Alves.

Bacharel em Turismo – Faculdade de Ciências Humanas – FAHU/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil.  
[soniarkemp@hotmail.com](mailto:soniarkemp@hotmail.com)

#### RESUMO:

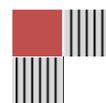
Neste trabalho, pretende-se abordar algumas características do patrimônio natural relacionadas à prática do turismo. O cerne desta reflexão se dará sobre a prática do turismo natureza ou ecoturismo. A relação meio ambiente e turismo será enfocada pelo viés do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, as atividades turísticas devem envolver um sério compromisso com a natureza e com a responsabilidade social de seus agentes e consumidores, bem como prática de preservação e conservação dos ambientes naturais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Patrimônio Natural. Turismo.

#### ABSTRACT:

This work is intended to address some features of natural heritage related to the practice of tourism. The crux of this debate will be on the practice of nature tourism or ecotourism. The environment and tourism will be focused by the bias of sustainable development. Accordingly, the tourist activities should involve a serious commitment to nature and the social responsibility of its agents, consumers and practice of preservation and conservation of natural environments.

**Key-words:** Sustainable Development. Natural Heritage. Tourism.



## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Barreto (1999, p. 9), patrimônio “é conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem”. Se esse conceito for transportado a um determinado território, patrimônio se torna o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa. Barreto (1999) afirma que patrimônio pode ser classificado em duas grandes divisões: natureza e cultura. A primeira, patrimônio natural, são as riquezas que provém do solo ou do subsolo, podem ser as florestas ou jazidas minerais, por exemplo.

Essa afirmação de Barreto (1999) está em consonância com a associação feita, a partir da segunda metade do século XX, quando a idéia de patrimônio passou a ser associada à de bem cultural – obra de arte, sítio arqueológico, paisagem, espécime da flora ou da fauna, edificação, artefato – coisas que se vinculam à produção intelectual, à tradição e ao passado. (IPHAN, 2000).

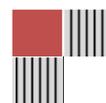
Todavia, o conceito de patrimônio natural está intimamente ligado às formações físicas, biológicas ou geológicas, consideradas únicas e com valor excepcional. Patrimônio natural pode ser também considerado como tudo aquilo que possui notabilidade decorrente de ação natural ou antrópica, e que deve ser protegido para as próximas gerações. (GOMES CARNEIRO, 2006).

## 2. RECURSOS NATURAIS E TURISMO

Os recursos naturais constituem-se em um importante elemento para o desenvolvimento turístico. Assim sendo, a preservação de seus atributos cênicos é fundamental, principalmente em localidades que têm na diversidade e conservação do patrimônio natural a sua atratividade. A esse respeito Diegues (1996, p. 20) ressalta que, “um dos esteios do conceito de desenvolvimento sustentado é a sua base ecológica. A conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentado”.

Assim, o espaço passa a ser um componente indissociável do turismo, pois é nele que serão inseridas todas as facilidades para que as atividades turísticas desenvolvam-se normalmente. Entretanto, é necessário que a distribuição destes elementos siga um plano pré-estabelecido, pois a sua simples inserção no espaço, sem critérios ou estudos, pode causar sérios impactos à sua atratividade. Esta distribuição coordenada de equipamentos e serviços turísticos no espaço é vista por Boullón (2002, p.79) da seguinte forma:

“O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país”.



Ignarra (2003, p. 113) também destaca a importância do patrimônio natural para o desenvolvimento das atividades turísticas, assim como a necessidade para a manutenção de suas características naturais. “O turismo tem nos atrativos o principal componente do produto. Assim, é de interesse do turismo que esses atrativos sejam preservados em seu estado natural. Desse ponto de vista, o turismo é importante alternativa para que reservas naturais sejam preservadas”. Na relação meio ambiente e turismo, ganha relevância a importância de que o turismo seja desenvolvido de maneira a preservar o patrimônio natural, em um plano maior de desenvolvimento sustentável.

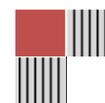
Segundo o Ministério do Turismo (2008), é a partir da década de 1970, as preocupações com o desenvolvimento econômico, a degradação do ambiente e as questões sociais alcançaram a atividade turística.

“Com a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Rio 1992, ampliaram-se os debates que se transformaram nos pressupostos da Agenda 21, que abordam os processos de desenvolvimento enfocando temas como ecotecnologias, requalificação do trabalho humano, desenvolvimento técnico-científico e sustentabilidade. Nesse contexto, a Agenda aponta o Ecoturismo como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 15).

Ecoturismo envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante (LINDBERG E HAWKINS, 1995). Lindberg e Hawkins (apud. Ecotourism Society, 1995, p. 17) oferece uma definição um pouco mais completa: “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e a promover o bem estar da população local”. Esses autores completam a definição de Ecoturismo, afirmando que “ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. (LINDBERG E HAWKINS, 1995, p. 18)

Lindberg e Hawkins (1995) salientam que as áreas naturais, em particular as protegidas legalmente, sua paisagem, fauna e flora, juntamente com os elementos culturais existentes, constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo o mundo. Por esse motivo, as organizações para a conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que um turismo mal-administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural do planeta.

Os autores ainda enfatizam que, o ecoturismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, pois promover o ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por



iniciativa própria, e não devido a pressões externas. Por fim, Lindberg e Hawkins (1995), ponderam que para que o ecoturismo seja bem sucedido, é preciso primeiramente compreender que o mesmo constitui-se em um fenômeno complexo e multidisciplinar, sendo fundamental que vários aspectos sejam levados em conta, dentre esses fatores há de se considerar: os consumidores, administradores, povos nativos e fornecedores. Ao elaborar os inventários das atrações ecoturísticas naturais de um local, deve-se ter sempre em mente que esses inventários são diferentes dos de natureza científica, e que eles devem refletir quão atraentes são as características listadas.

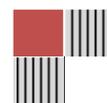
### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e que as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos (BADARÓ, 2003). A preocupação com a preservação da nossa diversidade biológica é particularmente pertinente ao turismo, que prospera graças ao apelo de floras e faunas diferentes, juntamente com uma clara percepção do lugar. A necessidade de preservar nossos sistemas básicos de suporte à vida é primordial. Se essas necessidades básicas não forem atendidas, nossas necessidades superiores, como viajar, não poderão concretizar-se (THEOBALD, 2001).

Segundo Badaró (2003, p. 136)

“É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras. Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de detritos devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais”.

Badaró (2003) afirma que, deve-se, também, equacionar a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada – que ainda não se encontrou no Brasil e em vários outros países.



#### 4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADARO, R. A. L. **Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior.** São Paulo: SENAC. 2003
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Coleção Turismo. Campinas: Papirus, 1999
- BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural.** As possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru: Edusc, 2002.
- DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.
- GOMES CARNEIRO, C. F. A. **Patrimônios naturais e valores.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. 2006.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- IPHAN. **MANUAL DO IPHAN – Roteiro para apresentação de projeto básico de restauração do patrimônio edificado.** (Versão Revisada). Rio de Janeiro: DEPROT / IPHAN, 2000.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Senac. 1995.
- THEOBALD, W. **Turismo global.** São Paulo: SENAC. 2001.

